

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ACERVOS DOCUMENTAIS ATINGIDOS PELAS ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL: o caso da Superintendência de Agricultura e Pecuária

Roberta Pinto Medeiros, Universidade Federal do Rio Grande - FURG,
<https://orcid.org/0000-0003-0012-7792>, Brasil, roberta.furg@gmail.com

Joana Peregrina Hernandes, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),
<https://orcid.org/0000-0001-6774-6710>, Brasil, joana.hernandes@gmail.com

Manuela Perondi Pavoni, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),
<https://orcid.org/0009-0008-4226-3374>, Brasil, manupavoni@hotmail.com

Eixo: Preservação, Conservação e Prevenção de Desastres

1 Introdução

As enchentes que atingiram o Estado do Rio Grande do Sul em 2024 causaram sérios danos ao patrimônio documental da Superintendência de Agricultura e Pecuária no Estado do Rio Grande do Sul (SFA/RS), comprometendo a integridade física de acervos históricos, administrativos e técnicos essenciais para a gestão pública e para a preservação da memória institucional. Diante da magnitude dos impactos, torna-se urgente o desenvolvimento e a implementação de estratégias emergenciais e de médio prazo que assegurem a recuperação dos documentos afetados, bem como a prevenção de novas perdas em função de eventos climáticos extremos.

O presente estudo possui a seguinte problemática: como recuperar e estabilizar de forma eficaz os acervos já danificados, qualificando as práticas de conservação documental em instituições do Rio Grande do Sul? Especificamente, busca: identificar os documentos mais gravemente afetados pelas enchentes; avaliar o estado de conservação; realizar intervenções técnicas de estabilização dos suportes; e desenvolver diretrizes de prevenção e mitigação de riscos a longo prazo,

com foco em infraestrutura, monitoramento ambiental, capacitação técnica de servidores e criação de protocolos de emergência documental.

Eventos climáticos recentes em todo o mundo têm causado desastres e geram grandes dificuldades operacionais para o processo de salvaguardar a vida das pessoas afetadas por tais eventos. Situações como o furacão Katrina, em 2005, as enchentes na Alemanha, ocorridas em 2021, e as enchentes no Rio Grande do Sul, em 2024, evidenciam o potencial devastador das questões climáticas.

Os desastres impõem impactos negativos já bastante preocupantes, que podem se agravar dependendo do tratamento das informações afetadas. As recentes enchentes no Rio Grande do Sul ilustram claramente esses efeitos, particularmente nos acervos documentais e de memória da região. Além da perda física de documentos pessoais, essenciais para a identidade e memória individual, o desastre também afetou severamente os acervos que preservam a memória administrativa, científica, cultural e histórica do estado.

Estes documentos, produzidos, recebidos e/ou mantidos por uma variedade de instituições arquivísticas e patrimoniais do Estado do Rio Grande do Sul e seus municípios, são vitais para

a continuidade histórica e administrativa da região.

2 Referencial Teórico

A primeira ação desempenhada no estudo foi a realização de um diagnóstico do arquivo. O diagnóstico de arquivos é uma ação sistemática que visa estabelecer o estado de conservação do acervo, identificar as relações documentais e os possíveis problemas detectados e, a partir daí, orientar prioridades de intervenção (Almeida, Vitoriano, 2018). Nesse sentido, o diagnóstico funciona como um elo entre a descrição técnica do acervo e a formulação das ações corretivas e preventivas.

O mapeamento dos documentos (Almeida, Vitoriano, 2018) pode ser entendido como uma radiografia do acervo, registrando localização, volume, séries e condições físicas, o que permite planejar intervenções de preservação e conservação de forma prioritária.

Já o segundo foco do presente estudo está diretamente relacionado à conservação preventiva, que consiste em “[...] um conjunto de medidas específicas e preventivas necessárias para a manutenção da existência física do documento.” (The British Library, 2009, pp. 11).

Isolar o acervo ainda molhado, quando for identificado algum tipo de mancha ou odor nos documentos, o que pode indicar a proliferação de microrganismos. Os documentos deverão ser levados para uma área mais seca, com ventilação natural, caso a instituição ainda não possua desumidificadores e ventiladores. (Brasil, 2012, pp. 9).

Dentre as práticas de conservação preventiva, consiste a higienização regular para a prevenção de agentes biológicos, como o mofo.

Em um arquivo, as fontes informacionais disponíveis são inúmeras. Todas possuem o que se pode chamar de “vida útil”, compreendida como o período de tempo que elas têm para cumprir

suas finalidades de maneira “digna”. Entretanto, assim como os seres humanos sofrem com a ação de insetos, microrganismos, bactérias, poluição e acidentes, há fatores que podem diminuir ou ampliar a “qualidade de vida” dos documentos. Por isso, é indispensável pensar a respeito da melhor maneira de aumentar sua “vida útil”, ou pelo menos impedir que se deteriore mais rapidamente. (Seripierri *et al.*, 2005, pp. 19)

Remover a poeira e sujeira acumulada, por exemplo, evita que partículas orgânicas alimentem os fungos e contribuam para sua proliferação (Serippieri *et al.*, 2005).

Este procedimento básico de conservação preventiva retarda o processo de degradação dos itens e adia a necessidade de intervenções mais invasivas e custosas, como restaurações. A conservação pode ser entendida como

[...] um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento). (Cassares & Moi, 2000, pp. 12)

Cloonan (2009) conceitua a preservação como um arcabouço abrangente de ações voltadas à manutenção e prolongamento da vida útil de materiais informacionais, sob o qual se insere a conservação propriamente dita. Esta última envolve o tratamento físico dos objetos, conduzido com base em princípios científicos rigorosos e em conformidade com práticas profissionais especializadas. Desse modo, a preservação funciona como um “guarda-chuva” que sincroniza abordagens preventivas e interventivas, garantindo tanto a estabilização dos suportes quanto a integridade do seu conteúdo informacional, de modo a assegurar a disponibilidade, o acesso e a autenticidade dos acervos para as gerações presentes e futuras.

3 Procedimentos Metodológicos

O presente estudo caracteriza-se como aplicado, de natureza qualitativa e quantitativa, com abordagem exploratória e descritiva combinada, cuja finalidade é investigar, avaliar e intervir nos danos causados por eventos climáticos extremos ao acervo documental da SFA/RS, propondo estratégias de recuperação e preservação a curto, médio e longo prazo. O acervo atingido pela enchente é em torno de 3.200 caixas arquivo.

Por estudo exploratório descritivo, entende-se que “[...] têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno [...]” (Marconi & Lakatos, 2023, pp. 78). Existe um pressuposto para esse tipo de pesquisa, qual seja o de levar em consideração a interação do pesquisador com o objeto de estudo.

A pesquisa é conduzida em quatro etapas interdependentes: levantamento e mapeamento dos danos ao acervo (Brito & Medeiros, 2015); avaliação do estado de conservação dos documentos; intervenção prática para estabilização e recuperação dos materiais; desenvolvimento de diretrizes de preservação preventiva; análise dos impactos e sistematização dos resultados. Ressalta-se que a presente pesquisa está em andamento e teve início em janeiro de 2025.

As técnicas adotadas para a coleta de dados foram a observação direta com visitas in loco ao ambiente afetado para verificação empírica das condições dos acervos.

A finalidade desta etapa na metodologia de gerenciamento de risco consiste no entendimento dos riscos, de suas consequências e da probabilidade de que estas aconteçam. A análise tem por base a “escala ABC” definida na metodologia de gerenciamento de riscos. Esta escala define por meio de perguntas as reais chances dos riscos identificados atingirem efetivamente o acervo documental [...]. (Brito & Medeiros, 2015, pp. 426)

Nesse sentido, entende-se que o risco de incidência de agentes biológicos já aconteceu.

A partir disso, parte-se do risco da perda informacional devido a ação dos fungos, ou seja, de deterioração dos documentos.

4 Resultados Parciais

A SFA/RS, enquanto unidade descentralizada do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), abriga um acervo documental de valor significativo para a história das políticas agropecuárias, da administração pública federal e das práticas agrárias no sul do Brasil. Esse acervo, composto por documentos administrativos, laudos técnicos, registros de fiscalização sanitária, registros de pescadores, mapas e fotografias, está sujeito a diversos riscos ambientais, sendo os eventos climáticos extremos uma ameaça crescente.

Inundações causadas por chuvas intensas e enchentes sazonais, agravadas pelas mudanças climáticas, têm se tornado uma realidade frequente em diversas regiões do estado. Quando esses eventos atingem prédios públicos mal preparados, resultam em infiltrações, elevação da umidade, proliferação de microrganismos e, em casos mais graves, perda total de documentos. A SFA/RS, como em outras instituições públicas, não é diferente, muitas vezes, a ausência de políticas de preservação documental articuladas, aliadas à carência de arquivistas e profissionais especializados em conservação, amplia a vulnerabilidade do patrimônio arquivístico, como foi o que ocorreu no acervo deste trabalho.

A partir das visitas e execução do projeto, elaborou-se um inventário contendo informações sobre o tipo documental, suporte, volume, estado de conservação e valor arquivístico. Nesse inventário foram identificados alguns dos principais tipos documentais: fichas de cadastros de pescadores, guias de fiscalização sanitária, processos de registros de produtos, guias de trânsito animal, entre outros. O suporte em sua maioria são papeis, mas foram encontrados microfilmes e disquetes. Nas fichas de cadastro de pescadores consta a fotografia do pescador que está solicitando o cadastro. O acervo atingido pela enchente é em torno de 3.200

caixas arquivo, sendo que a maioria já atingiu seu prazo precaucional, logo, são de caráter eliminatório.

Além disso, a umidade excessiva, por exemplo, é um fator crítico que favorece a proliferação de fungos e mofo nos materiais arquivísticos (Figura 1), deteriorando papéis, tintas e encadernações. A presença desses microrganismos não apenas degrada fisicamente os documentos, mas também representa riscos à saúde dos servidores e usuários do acervo.

Figura 1: Documentos da SFA/RS atingidos pela enchente com mofo.



Fonte: dados do projeto, 2025.

O estado de conservação é precário, devido a água (umidade dos documentos) e a ação de microrganismos (fungos, principalmente), que estão danificando o papel e, consequentemente, o conteúdo informacional, já que se proliferam em ambientes com altos níveis de umidade e temperaturas inadequadas. Esses organismos podem danificar severamente documentos, livros, fotografias e obras de arte, causando manchas, descoloração e até a decomposição dos materiais. Além dos danos visuais, a presença de fungos também pode representar riscos à saúde de profissionais e visitantes, principalmente para aqueles que têm alergias ou condições respiratórias. Portanto, além de

garantir uma rotina de higienização, é crucial que as instituições mantenham o controle ambiental adequado para evitar a proliferação desses organismos.

Segundo as Diretrizes de Gestão de Riscos AS/NZS 4360:2004, a adoção de um processo sistemático de gerenciamento de riscos proporciona às organizações uma base mais confiável e rigorosa para a tomada de decisões e o planejamento, além de facilitar a identificação de oportunidades e ameaças e permitir extrair valor da incerteza e da variabilidade. Essa abordagem favorece uma gestão proativa em vez de reativa, otimiza a alocação e o uso de recursos, e aprimora o gerenciamento de incidentes, reduzindo perdas e custos associados aos riscos, incluindo seguradoras (Brito & Medeiros, 2015).

Com base no mapeamento e na análise dos dados da pesquisa, foi elaborada uma escala “ABC” para mensurar a probabilidade e o impacto dos riscos identificados sobre o acervo do MAPA (ABNT, 2018). Essa escala fundamenta-se em três dimensões avaliativas, definidas pelas seguintes perguntas:

A - Consequências do evento

Quais são as possíveis consequências do acontecimento para o acervo?

B - Perda do valor informacional

Em que medida o valor informacional dos documentos será comprometido?

C - Abrangência do impacto

Qual parcela do conjunto documental será afetada pelo evento?

Cada dimensão deve ser respondida de forma objetiva, atribuindo-se um nível de risco que permita priorizar ações de mitigação e preservação.

Na Tabela 1 demonstra a porcentagem dos riscos que afetam os documentos do MAPA, incluindo desde a ausência da gestão documental até a deterioração dos documentos a partir da ação da água, dos fungos e agravo dos danos devido ao manuseio dos documentos danificados pela enchente. Os elementos para a análise foram: **Risco 1** – Ausência de gestão documental **Risco 2** – Estado de conservação do papel, **Risco 3** – Ação de agentes biológicos, **Risco 4** – Aumento dos

danos em virtude do manuseio dos documentos danificados.

Em relação à gestão documental, a partir do levantamento e da análise dos dados, constatou-se que a não aplicação dos métodos sistemáticos de gestão agravou significativamente o estado do acervo. Muitos dos danos poderiam ter sido evitados caso o conjunto documental tivesse sido submetido aos processos de classificação, avaliação e eliminação. No que tange ao estado de conservação, foram considerados os rasgos no papel, as manchas provocadas pela água e demais elementos que impedem o acesso à informação (leitura do conteúdo dos documentos). Já em relação à ação dos agentes biológicos, a análise evidenciou as consequências dos fungos sobre o suporte papel, demonstrando o quanto eles fragilizam a sua estrutura.

Tabela 1: Análise de riscos do acervo do MAPA

Identificação do risco	Escala (em %)		
	A	B	C
Risco 1	100	100	100
Risco 2	70	70 a 100	60
Risco 3	85	85 a 100	80
Risco 4	90	90 a 100	90

Fonte: dados do projeto (2025).

Em decorrência das ações associadas aos riscos 2 e 3, constatou-se que o suporte papel foi diretamente comprometido, apresentando degradação a ponto de esfarelamento. Esse critério foi incorporado à análise de riscos, uma vez que parte dessa documentação possui caráter permanente e será manuseada por servidores e demais usuários do arquivo do MAPA.

Frente a esse cenário, torna-se imprescindível a implementação de medidas de mitigação e adaptação que envolvam, por exemplo, a higienização mecânica dos documentos e aplicação de estabilizadores de fungos, como o quartenário de amônia.

A higienização regular também é uma prática de extrema importância para a prevenção desses agentes biológicos. Remover a poeira e sujeira acumulada, por exemplo, evita que

partículas orgânicas alimentem os fungos e contribuam para sua proliferação. Este procedimento básico de conservação preventiva retarda o processo de degradação dos itens e adia a necessidade de intervenções mais invasivas e custosas, como restaurações. Ao contrário de procedimentos de conservação restaurativa ou de restauração, que exigem um tratamento cuidadoso e detalhado para cada peça individualmente, a higienização é uma abordagem mais abrangente e preventiva, que visa cuidar do acervo como um todo. Dessa forma, promove-se uma gestão sustentável e planejada do patrimônio, reduzindo os custos a longo prazo e ampliando a vida útil dos documentos.

Salienta-se que o trabalho está sendo realizado com o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), visto que, “A não-utilização de EPIs durante a realização do trabalho, em locais que apresentam risco de contaminação à saúde do trabalhador, pode acarretar diversas manifestações alérgicas, como rinite, irritação ocular, problemas respiratórios etc.” (Seripierri *et al.*, 2005, pp. 32).

Observou-se, no entanto, que a ausência de uma gestão documental impacta diretamente o tratamento dos documentos. Caso o órgão dispusesse de um arquivista, os danos teriam sido significativamente menores, pois haveria um tratamento adequado. Atualmente, a equipe está utilizando o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos à atividade-meio da Administração Pública Federal, bem como outros instrumentos de gestão documental, para subsidiar as decisões de recuperação e destinação. Contudo, não há nem plano nem tabela de temporalidade para os documentos relativos à atividade-fim, o que foi considerado especialmente na avaliação dos documentos danificados pela água.

5 Considerações Parciais

A intensificação dos eventos climáticos extremos representa um desafio adicional a já complexa tarefa de preservação dos acervos públicos no Brasil. No caso da SFA/RS, essa realidade impõe a urgência de ações

coordenadas que aliem infraestrutura, tecnologia e gestão de riscos ambientais. A proteção do acervo institucional não deve ser vista apenas como uma medida técnica, mas como um compromisso com a memória administrativa e histórica do país, bem como com a segurança da informação pública. Investir na preservação documental diante das mudanças climáticas é, portanto, uma estratégia fundamental para garantir a continuidade do acesso à informação, a proteção do patrimônio cultural e o fortalecimento da cidadania.

No entanto, a grande maioria das instituições detentoras de acervos enfrenta, em maior ou menor grau, desafios significativos para desenvolver e implementar uma política de preservação documental eficaz. Tais dificuldades podem ser causadas por falta de recursos financeiros, profissionais especializados, tecnologia adequada e, muitas vezes, até mesmo pela ausência de conscientização sobre a importância de tais práticas. A consequência dessa negligência pode resultar em prejuízos irreparáveis, como a deterioração acelerada de documentos, obras de arte e outros bens culturais, muitas vezes culminando em perdas irreversíveis para a humanidade.

A necessidade de preservação dos acervos das instituições públicas, tanto no âmbito cultural e patrimonial torna-se cada vez mais evidente na atualidade, especialmente em um contexto em que a valorização do patrimônio histórico ganham destaque global. Esses acervos não são apenas guardiões da memória coletiva, mas também constituem a base para estudos, pesquisas e a valorização cultural de sociedades inteiras.

6. Referências

- Almeida, M. F. I. de, & Vitoriano, M. C. de C. P. (2018). Diagnóstico de arquivos e mapeamento da informação: Interlocução da gestão documental com a gestão da informação. *Em Questão*, 24(3), 68–95. DOI: 10.19132/1808-5245243.68-95.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2018). *ABNT NBR ISO 31000: Gestão de riscos – Princípios e diretrizes*. <https://www.abnt.org.br/>.
- Brasil. Arquivo Nacional. (2024, novembro 15). *Resolução n. 34: Recomendações para a salvaguarda de acervos arquivísticos danificados por água*. https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Recomendacoes__resgate_acervos_completa.pdf.
- Brito, L. S. de, & Medeiros, R. P. (2015). Aplicação da Norma Internacional de Gestão de Riscos: um estudo de caso na Superintendência do Porto do Rio Grande. In D. A. de B. Neves, & M. M. V. Rocha, & P. Silva (Orgs), *Cartografia da Pesquisa e Ensino da Arquivologia no Brasil: IV Reparq* (417-439). Editora da UFPB.
- Cassares, N. C., & Moi, C. (2000). *Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas*. Editora do Arquivo Público do Estado de São Paulo.
- Cloonan, M. (2016). Preservando documentos de valor permanente. In T. Eastwood, & H. Macneil (Org.), *Correntes atuais do pensamento arquivístico* (107-134). Editora UFMG.
- The British Library. National Preservation Office. (2009). *Preservação de documentos: Métodos e práticas de salvaguarda* (Z. D. de Miranda, Trans.). EDUFBA. (Original work published n.d.).
- Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2023). *Técnicas de pesquisa* (9ª ed.). Atlas.
- Serippieri, D., Borges, E. R., Paletta, F. A. C., Calherani, I. C., Odina, M. I. N. da S., Yamashita, M. M., & Cardoso, V. L. M. A. (2005). *Manual de conservação preventiva de documentos: Papel e filme*. Editora da USP.